



Caderno Administrativo
Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº4406/2026

Data da disponibilização: Terça-feira, 03 de Fevereiro de 2026.

<p>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Conselheiro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Guilherme Augusto Caputo Bastos Vice-Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro José Roberto Freire Pimenta Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-7961 (61) 3043-3804</p>
--	--

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato

ATO CONJUNTO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.ENAMAT Nº 7, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026.

Disciplina o processo de submissão, análise, priorização e atendimento das demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação dirigidas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIN) do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de regulamentar as demandas dirigidas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIN) do Tribunal Superior do Trabalho;

considerando a importância da padronização de processos de trabalho para o estabelecimento de indicadores e metas, com vistas ao aprimoramento contínuo da gestão dos serviços de tecnologia da informação, em benefício de todo o Tribunal Superior do Trabalho;

considerando a relevância de estabelecer processos, responsabilidades e práticas alinhadas a modelos de excelência reconhecidos internacionalmente, tais como o COBIT 2019, a ITIL 4, e as normas ABNT NBR ISO/IEC 38500:2015 e ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2018,

RESOLVEM:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Ato disciplina as demandas dirigidas à SETIN provenientes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

Art. 2º Para os fins deste Ato, adotam-se as seguintes definições:

I – Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): conjunto de componentes tecnológicos (como sistemas, hardwares, redes e serviços) e processos de trabalho que, integrados, atendem a necessidades institucionais específicas.

II – Fornecimento de Solução de TIC: conjunto de atividades voltadas à implementação, operação e suporte de uma solução de TIC, podendo envolver contratação externa ou desenvolvimento interno.

III – Unidade Fornecedora: a SETIN, no exercício das atribuições relacionadas ao provimento de soluções de TIC.

IV – Unidade Demandante: unidade organizacional do TST, do CSJT ou da ENAMAT que solicita o fornecimento de solução ou serviço de TIC.

V – Serviço de TIC: forma pela qual as soluções de TIC são entregues aos usuários, constituindo-se em atividade prestada por profissionais da SETIN, de unidades parceiras ou de empresas contratadas, sem assumir a forma de bem material.

VI – Requisição de Serviço: solicitação formal de execução de um serviço de TIC, registrada na Central de Serviços de TI (CSTI).

VII – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC): instrumento de planejamento estratégico da TIC, que orienta as ações da SETIN alinhadas à missão, visão e objetivos do TST.

VIII – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): instrumento de planejamento tático-operacional que organiza os projetos e ações voltados à execução do PETIC.

IX – Portfólio de Projetos de Sistemas: conjunto de projetos de desenvolvimento ou melhoria de sistemas, priorizados pelos Comitês Gestores de Sistemas Judiciais ou Administrativos.

X – Serviços de Incidentes de TIC: Conjunto de atividades e procedimentos voltados para o registro, análise, tratamento e resolução de incidentes relacionados a recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de restabelecer a normalidade dos serviços o mais rápido possível e minimizar impactos nas operações do Tribunal.

XI – Salas de Chat Técnicas de Suporte a Incidentes de Prioridade Crítica: Ambientes virtuais de comunicação síncrona utilizados por equipes técnicas para coordenação em tempo real durante o tratamento de incidentes críticos, possibilitando maior agilidade na tomada de decisões e na execução de ações corretivas.

XII – Demandas Estruturantes: Solicitações ou iniciativas voltadas à implementação de soluções, processos ou melhorias de caráter estratégico e permanente, que impactam diretamente a arquitetura, a infraestrutura ou os sistemas corporativos da instituição, contribuindo para a evolução tecnológica e a eficiência organizacional.

Parágrafo único. As demandas serão classificadas, quanto ao tipo, em:

I – solicitação de solução de TIC;

II – requisição de serviço ou incidente de TIC;

III – demanda estruturante.

CAPÍTULO II

DAS SOLICITAÇÕES DE SOLUÇÃO DE TIC

Art. 3º As solicitações de solução de TIC deverão ser formalizadas por meio de Documento de Oficialização de Demanda (DOD) e submetidas à análise prévia da SETIN.

Parágrafo único. A solicitação referida no caput é de responsabilidade da unidade ou comitê demandante e constitui requisito para apreciação pelo Comitê Gestor competente, devendo conter, no mínimo:

I – justificativa da necessidade;

II – descrição dos produtos e benefícios esperados;

III – demonstração de aderência aos planos institucionais;

IV – identificação de interações com outras soluções de TIC, se houver;

V – riscos envolvidos.

Art. 4º São considerados demandantes legítimos para fins do artigo anterior:

I – Presidente do TST e do CSJT;

II – Vice-Presidente do TST e do CSJT;

III – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho;

IV – Diretor da ENAMAT;

V – Ministros do TST;

VI – Presidentes ou Coordenadores de Comitês formalmente instituídos;

VII – Secretário-Geral da Presidência;

VIII – Secretário-Geral Judiciário;

IX - Secretário-Geral de Gestão de Processos;

X – Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal;

XI – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST;

XII - Secretaria-Geral do CSJT.

Parágrafo único. Havendo mais de uma solicitação por parte do mesmo demandante, a priorização deverá ser indicada pelo próprio solicitante.

Art. 5º A análise das solicitações de desenvolvimento ou manutenção de sistemas será realizada pelos Comitês Gestores de Sistemas Judiciais ou Administrativos, com base nas informações do DOD e nos estudos complementares realizados pela SETIN, com apoio, quando necessário, da unidade demandante.

§ 1º As demandas oriundas da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ENAMAT serão priorizadas pela Presidência do TST, mediante parecer técnico do Comitê Gestor correspondente.

§ 2º As demandas relacionadas à atividade judicante do TST e do CSJT serão priorizadas pelo Comitê Gestor de Sistemas Judiciais, exceto se previstas no § 1º.

§ 3º As demandas voltadas à atividade administrativa serão priorizadas pelo Comitê Gestor de Sistemas Administrativos, exceto se previstas no § 1º.

Art. 6º As demandas que envolvam contratação observarão o disposto no Ato GDGSET.GP nº 3, de 2 de janeiro de 2024.

Art. 7º As demandas relacionadas à infraestrutura tecnológica, originadas pela SETIN, observarão as disposições deste Ato.

CAPÍTULO III DAS REQUISIÇÕES DE SERVIÇOS E INCIDENTES DE TIC

Art. 8º As requisições de serviços e incidentes serão formalizadas à Central de Serviços de TI (CSTI) pelos seguintes meios:

I – por telefone, no ramal 4040;

II – por meio do sistema eletrônico de registro de chamados disponibilizado pela SETIN;

III - pelo e-mail suporte@tst.jus.br.

Art. 9º Podem formalizar requisições os usuários do TST, do CSJT e da ENAMAT, conforme perfil de acesso definido para cada serviço.

Art. 10. O atendimento das requisições observará a classificação por ordem de prioridade.

§ 1º Caberá à SETIN elaborar e publicar, após autorização do respectivo comitê responsável pelo serviço ou solução de TIC ou pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), documentação interna que estabeleça os critérios e situações que classificam as requisições de serviços e incidentes de TIC como de prioridade crítica, os quais demandam atendimento imediato e interrompem o fluxo regular dos demais atendimentos.

§ 2º As requisições e os incidentes não classificados como críticos seguirão o fluxo ordinário, podendo a SETIN elaborar e publicar regras complementares para a definição de prioridades nesse fluxo, visando ao melhor ordenamento e organização dos atendimentos. § 3º Em caso de múltiplas requisições dentro de uma mesma categoria, a ordem de atendimento será definida pela data e hora do registro, respeitada a prioridade técnica, se aplicável.

Art. 11. Situações com impacto institucional relevante poderão ser reavaliadas pela Secretaria de TIC para eventual reordenamento de prioridade.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO NAS SALAS DE CHAT TÉCNICAS DE SUPORTE A INCIDENTES DE PRIORIDADE CRÍTICA

Art. 12. As salas de chat técnicas mantidas pela SETIN têm por finalidade garantir o acompanhamento, após a formalização, de incidentes classificados como de prioridade crítica, assegurando objetividade, agilidade na comunicação e representatividade adequada no tratamento de questões relacionadas aos sistemas sob sua responsabilidade.

Art. 13. As salas de chat deverão ser utilizadas exclusivamente para comunicações técnicas ou operacionais, com foco na resolução de incidentes de prioridade crítica relacionados ao sistema.

Art. 14. Cada unidade do TST com vínculo direto com o sistema discutido na sala poderá indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente, que atuará em caso de ausência ou necessidade de substituição do titular. Parágrafo único. A inclusão de novos participantes, observados os limites anteriores, deverá ser solicitada formalmente pela chefia da unidade interessada, acompanhada de justificativa técnica.

Art. 15. A SETIN definirá os integrantes das equipes diretamente envolvidas na sustentação ou desenvolvimento do sistema que serão incluídos na respectiva sala de chat, conforme critério da chefia imediata.

Art. 16. Poderão ser excluídos da sala de chat técnica, independentemente de comunicação prévia:

I – os participantes que não interajam regularmente;

II – os que não pertençam mais à unidade representada;

III – os que deixarem de desempenhar função relacionada ao sistema;

IV – os que fizerem uso indevido da sala, tais como: envio excessivo de mensagens irrelevantes ou fora do escopo estabelecido; tratamento de incidentes de prioridade ordinária.

Art. 17. A mediação das interações nas salas de chat e a aplicação das regras de conduta caberá a equipe da SETIN responsável pela administração do respectivo sistema.

Art. 18. A composição das salas será revisada periodicamente ou sempre que houver reestruturação significativa nas unidades envolvidas.

CAPÍTULO IV DAS DEMANDAS ESTRUTURANTES

Art. 19. As demandas estruturantes serão formalizadas por meio de DOD, elaborado pela própria SETIN.

Parágrafo único. O DOD deverá conter:

I – justificativa da necessidade;

II – descrição dos produtos e benefícios esperados;

III – demonstração de aderência aos planos institucionais.

Art. 20. A priorização das demandas estruturantes será definida com base em proposta da SETIN e aprovada pela Presidência do TST, ouvido o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

§1º A SETIN deverá reservar capacidade produtiva suficiente para o atendimento de demandas estruturantes definidas tecnicamente como críticas, prioritárias ou relacionadas à segurança do ambiente tecnológico do Tribunal.

§2º As demandas estruturantes deverão, preferencialmente, integrar o Plano Diretor de TIC (PDTIC) e estar alinhadas ao Plano Estratégico de TIC vigente.

Art. 21. As demandas poderão ser reclassificadas pela SETIN, de acordo com a sua natureza e com base em avaliação técnica.

Parágrafo único. O demandante será responsável por adequar a solicitação aos requisitos da nova classificação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Cabe à SETIN adotar as providências necessárias para o atendimento às demandas, observadas sua capacidade produtiva, os recursos disponíveis e a arquitetura tecnológica vigente.

Art. 23. Em caso de impasse na alocação de recursos, a definição de prioridades caberá à Presidência do TST.

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do TST.

Art. 25. Revoga-se o Ato Conjunto TST.CSJT.ENAMAT nº 1, de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 26. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
Ministro Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Ato PTS